



INCLUSÃO: UM NOVO OLHAR/ METODOLOGIA ASSISTIVA PARA CRIANÇAS COM DÉFICIT INTELECTUAL

Fabiana Kalil Borges¹
Pablo Souza², Daniel Júnior de Oliveira³, Sheila Dias Alves⁴,
Ulysses Gusmão de Oliveira⁵

¹Instituto Federal de Goiás/ fabianakborges@gmail.com

²Instituto Federal de Goiás/ pabloprofessor2013@gmail.com

³Instituto Federal de Goiás/ docenciauniversitariadaniel@gmail.com

⁴Instituto Federal de Goiás/ sheilinhama@hotmail.com

⁵Instituto Federal de Goiás / ulylizard@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem como tema “Inclusão: um novo olhar/ metodologia assistiva para crianças com déficit intelectual”, que busca discutir a educação inclusiva, na perspectiva das metodologias assistivas para aluno com déficit intelectual. Pretendemos dialogar sobre a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e estão matriculados nas escolas comuns. A metodologia aplicada neste estudo foi de uma abordagem quantitativa, tendo como enfoque as falas dos sujeitos que participaram da mesma. O determinante partiu da problemática sobre os possíveis aspectos que permeiam a prática docente, e as formas de trabalho com as metodologias assistivas no ambiente escolar. Além disso, também foi realizado uma análise relacionada à constituição, especificamente do trabalho com metodologias assistivas para alunos com déficit intelectual, acreditando que a inserção deste aluno na escola pode contribuir para sua aprendizagem. A coleta de dados foi feita por meio de questionários para verificar as concepções e apreensões dos participantes sobre o tema abordado, o que nos demonstrou serem as metodologias assistivas alternativas para uma educação inclusiva que busque superar os limites das pessoas, incluindo a todos e respeitando suas diferenças. Para essa discussão, nos pautamos em autores como: Vasconcelos (2004), Pietro (2006), Bites (2006), Vieiro (2007), Minayo (2011).

Palavras-chave: Educação inclusiva. Déficit intelectual. Metodologia assistiva.

Introdução

O presente artigo busca mostrar resultados da discussão sobre a inclusão dos alunos com déficit intelectual nas instituições escolares públicas de ensino regular, também conhecida como deficiência intelectual (DI). Segundo Vasconcelos (2004), a DI é caracterizada pela redução no desenvolvimento cognitivo da criança ou adulto, com quociente de inteligência (QI) normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica do indivíduo, levando a um desenvolvimento neuropsicomotor mais lento, assim como deficiência no desenvolvimento da fala, entre outras habilidades. A inclusão escolar vem sendo fortemente influenciada pela

legislação brasileira desde os anos noventa, baseada na Declaração de Salamanca, abrindo caminhos para o acesso à educação de pessoas que foram excluídas ao longo da história.

Os reflexos voltados ao movimento da educação inclusiva estão explícitos de forma objetiva na legislação brasileira, que se posiciona pelo atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente em classes comum da escola, abrangendo todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino (BRASIL, 1999).

Desse modo precisamos ir à busca de um estudo que mostre a realidade das experiências dos professores que estão diretamente ligados ao processo ensino aprendizagem do aluno com déficit intelectual. Neste trabalho, buscamos analisar possíveis aspectos que permeiam a prática docente, bem como a forma de se trabalhar metodologias assistivas com esses alunos no ambiente escolar. Todos os elementos do mais simples até o mais sofisticado programa de computador, desde que envolva a acessibilidade, são considerados uma Tecnologia Assistiva. Dessa forma, tecnologia assistiva é uma área do conhecimento relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, visando a qualidade de vida e a inclusão social das mesmas, e que tem características interdisciplinares, englobando produtos, metodologias e estratégias, objetivando a funcionalidade e participação dos indivíduos (BRASIL, 2007).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ganham destaque no ensino para crianças com necessidades educacionais especiais como recursos didáticos com o uso da internet, computadores, caderno eletrônico, software especiais. Esta é uma das diversas formas de se trabalhar utilizando as tecnologias assistivas.

1. Metodologias assistivas e a formação de professores

A Educação Inclusiva tem mudado o ensino nas escolas. De acordo com Plano Nacional de Educação, em sua meta 4, que diz respeito à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, um desafio nacional é

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, p. 24).

Nessa perspectiva, são necessárias adequações pedagógicas levando em conta distintas formas de aprender e ensinar pautando-se nos direitos humanos e na cidadania, com objetivo de excluir a discriminação, bem como garantir a igualdade de todos dentro dos ambientes escolares.

É importante refletir sobre a formação de professores e metodologias assistivas em sala de aula, entendendo que o saber docente não deve ser cultivado apenas da prática, mas também sustentado pelas teorias da educação, ambos se resignificando. Dessa forma,

os saberes teóricos propositivos se articulam, pois, aos saberes da prática, ao mesmo tempo resignificando-os e sendo por eles resignificados. O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análises para compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. Daí é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais nas quais o ensino ocorre. (PIMENTA, 2005, p. 26).

As mudanças das concepções que permeiam os âmbitos escolares e as formas de construir os saberes têm mostrado resultados relevantes nas atividades docentes. O eixo central para essas transformações acontecerem está no investimento, bem como na qualidade da formação docente, nas condições de trabalho que são oferecidas nas escolas. Esse conjunto precisa dialogar entre si para que haja uma elaboração coletiva do projeto político pedagógico capaz de melhorar o índice de aprovação nas instituições escolares, voltados para qualidade social e humana.

Ao falar de professor numa perspectiva da educação inclusiva, devemos pensar que não temos alunos iguais, todos são diferentes e existem diferentes modos de aprender e diversas metodologias. O que temos visto são pessoas vivenciando a exclusão no próprio meio escolar e social. Em contraponto a essa realidade,

Todo plano de formação deve ser para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades, um mero espaço de socialização. (PIETRO, 2006, p. 26).

Devemos romper com o pensamento de que há um aluno padrão em nossas escolas e em nossa sociedade de modo geral. Para isso, deve se trabalhar os cursos de formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, proporcionado a estas condições para aprender a utilizar essas metodologias assistivas, a qual consiste em um desafio.

Construir uma sociedade inclusiva é um dos desafios da atualidade. Usar as metodologias assistivas de forma coerente com a situação escolar é proporcionar a inclusão e promover a aprendizagem dentro das escolas. Compreende-se que a geração de novos conhecimentos e novas metodologias deve estar à disposição do aprendizado, pois: “todo e qualquer recurso que pode propiciar à pessoa que tem uma determinada deficiência autonomia suficiente para ser incluída socialmente, é tecnologia assistiva, seja esse recurso um serviço, um procedimento, uma técnica, um equipamento” (ROCHA e CORTELAZZO, 2006, apud

IOLANDA B. C. CORTELAZZO et al, 2008).

Assim, compreende-se que a tecnologia assistiva ou metodologia assistiva - termo adotado neste artigo - é aquela metodologia que possibilite o aprender a todos indiscriminadamente que venha desenvolver a autonomia ou o aumento da autonomia da pessoa a qual é portadora de alguma deficiência ou alguma outra necessidade no presente trabalho, apontamos algumas necessidades dentro da escola para que possa ser incluída socialmente.

A formação docente na perspectiva da educação inclusiva propõe que o professor tenha uma consciência maior sobre a inclusão tendo como um de seus pilares o entendimento de que escola é um local o qual todos têm possibilidade de aprender.

Mantoan (2006, p.30) aponta para a “necessidade de que todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações em seu currículo, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”. Nesse mesmo sentido,

A formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialistas, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional. (FREITAS, 2006, p. 173).

Compreende-se que os autores defendem uma formação alicerçada nos princípios da educação inclusiva, gerando mudanças nas práticas pedagógicas do professor, o qual irá desenvolver e/ou aplicar metodologias assistivas reforçando o compromisso com o processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos.

2. O processo ensino-aprendizagem dos alunos com déficit intelectual

Os desafios encontrados pelos professores nas suas práticas pedagógicas em relação ao processo de ensino e aprendizagem são inúmeros. Esta realidade se coloca inicialmente pensando apenas em alunos ditos e reconhecidos pela sociedade como “normais”, ou seja, sem nenhuma deficiência. Com a reflexão incluindo os alunos com algum tipo de déficit intelectual ou físico, os desafios são ainda maiores.

Segundo Vieiro (2007), o Brasil traz consigo um legado histórico de discriminação e exclusão que percorreu séculos, sendo que o modelo de colonização imposto a nós pelos europeus foi baseado em uma lógica de escravidão, contribuindo para a construção da sociedade capitalista do século XXI. Muitas pessoas sofreram com inúmeras práticas de exclusão e extermínio, sendo tirado dos mesmos o próprio direito à vida.

Ao longo da história anterior e posterior ao século XIII, as pessoas tidas como anormais sofreram inúmeras práticas de exclusão e extermínio. No final da Idade

Média, os reconhecidos como anormais ganham direito à vida, porque são reconhecidos pela Igreja como criaturas de Deus. [...] O que importa destacar após o domínio do cristianismo é que a anormalidade deixou de estar na ordem da exclusão e passou a compor a ordem da segregação [...]. (LOPES; FABRIS, 2013, p. 47).

Este legado histórico não só construiu para a sociedade em si, mas faz parte da realidade de milhões de estudantes nas escolas do país. Cabe a nós, professores e demais profissionais da educação, buscar alternativas e caminhos que possam incluir estas pessoas ao seu direito à educação. Em termos de oferta de educação, devem-se levar em consideração as características do alunato, bem como suas condições de vida e ofertar aos mesmos as oportunidades educacionais apropriadas (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, pensar em práticas e desenvolver técnicas e alternativas metodológicas na realidade educativa também para os alunos com déficit intelectual é necessário. É preciso lutar contra as políticas neoliberais de educação do cidadão como investimento do capital, e considerar pensar em uma educação do ser humano de forma integral e justa. Para que isso seja possível, precisamos trabalhar no sentido de incluir todo este público, considerando os mesmos direitos a todos.

Na perspectiva da inclusão, a política educacional fundamenta-se no princípio da igualdade de direitos entre as pessoas, tem como meta a oferta de uma educação igualitária e de qualidade para todos, sem discriminações, com respeito às diferenças individuais, e garantia de permanência de todos na escola, no decorrer de sua formação. (BITES, 2006, p. 83).

Dessa forma, e de acordo com as características individuais dos alunos, a escola em seus projetos políticos pedagógicos (PPP), devem ofertar uma educação de qualidade, conforme políticas educacionais elaboradas pelos governos. As escolas devem ser capacitadas a atender todas as crianças, sobretudo as que apresentam com necessidade especiais (UNESCO, 1994), em busca de posturas que visem uma educação democrática.

Em sociedade democrática, a educação representa um direito de toda a população, incluindo, assim, as pessoas com deficiência. Defender tal afirmação significa que o sistema escolar deve receber toda e qualquer clientela, independentemente de características físicas, cognitivas, comportamentais e psicossociais que as diferenciam da maioria da população e, fundamentalmente, lançar um olhar para as diferenças que circulam na escola, em situações que geram diálogo e conflito. (MAGALHÃES; CARDOSO, 2011, p. 13).

Ainda neste sentido, para que a educação seja uma realidade também para os alunos com déficit intelectual, precisamos acreditar e reconhecer as potencialidades dos mesmos, bem como nos interessar pelo que eles querem e desejam aprender, aceitando-os como são, e oportunizando pedagogias que favoreçam a participação e a educação afetiva (BITES, 2006).

Tal reflexão nos possibilita pensar a respeito das condições oportunizadas a este aluno no ambiente escolar, pois é preciso não só considerar adequações no meio físico para receber alunos com limitações motoras, mas também as adequações nas práticas pedagógicas que visem incluir alunos com déficit intelectual integrado aos demais.

A caracterização destes conceitos de inclusão partem não somente do professor, mas de uma conscientização que também deve ser trabalhada com todos os alunos e ser naturalmente difundida entre eles. Os membros da sala de aula devem ter a consciência de que as diferenças são normais e que incluir todos neste mesmo processo de ensino é fundamental. Aceitar as diferenças e fazer delas uma oportunidade de crescimento humano é um caminho próspero para a construção de uma educação democrática e inclusiva, e para isso é preciso, antes de tudo, uma mudança de atitude. Esta mudança envolve não só os professores, mas também a instituição, na busca de novos recursos e métodos, com intuito de abrandar práticas excludentes, possibilitando uma educação que vise atender a necessidade de todos (MANTOAN, 1997).

Para uma educação capaz de considerar as especificidades dos alunos com déficit intelectual, objetivando mediar o processo de ensino e aprendizagem, precisamos variar as metodologias, utilizar recursos que possibilitem a estes alunos a integração total dos mesmos às suas turmas, proporcionando uma realidade de aproximação humana com seus colegas e garantindo que o seu direito a educação seja plenamente ofertado, pois segundo Freire (2005) a construção do conhecimento resulta da interação entre o educador e o educando. Em virtude disso, as pessoas que estão envolvidas nesse processo de ensino-aprendizagem, tanto professores quanto alunos, precisam entender que existem diferenças e que estas fazem parte do nosso cotidiano, não só na escola, mas no trabalho, nos momentos de lazer e convívio social.

Acreditar e buscar uma mudança de postura contribui para que o educador reflita acerca de sua prática em sala de aula, e a partir dela procurar entender que as diferenças fazem parte do cotidiano e que as mesmas oportunizam ao educador visualizar o processo de inclusão por uma perspectiva diferenciada, desvencilhando de uma cultura de exclusão em face de uma nova realidade com vista à construção de uma sociedade inclusiva.

3. Escolhas metodológicas e os sujeitos

Este artigo foi realizado na perspectiva da abordagem qualitativa. Esta abordagem focada no indivíduo, com toda sua complexidade, e na sua inserção e interação com o ambiente sociocultural e natural.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2011, p. 22).

O presente artigo iniciou-se com um levantamento bibliográfico com objetivo de alavancar o ponto de vista teórico por meio das leituras relacionadas à educação inclusiva, metodologia assistiva entre outros.

Os sujeitos foram os 11 participantes do minicurso, *Inclusão: Um Novo Olhar. Metodologia Assistiva Para Crianças Com Déficit Intelectual*, oferecido no III Encontro Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogos do Programa de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática, do IFG campus Jataí.

Os integrantes foram alunos de uma disciplina oferecida em uma universidade estadual que aborda o tema “docência”; estudantes do curso de Pedagogia e professores da Rede municipal e Estadual de ensino.

A coleta das informações se deu em uma única etapa. O instrumento utilizado, questionário, foi definido em articulação como o objetivo deste trabalho. Este foi aplicado ao final do minicurso, contendo quatro perguntas subjetivas. Os resultados discutidos e apresentados nesse trabalho poderão subsidiar o trabalho de professores que reconhecem que, acima de tudo, é necessário que se entenda que a escola tem a tarefa de ensinar aos alunos a compartilharem o saber, os sentidos das coisas, as emoções; a discutir e a trocar experiências e pontos de vista.

3.1 Apresentação e discussão dos resultados

O minicurso foi ministrado pela professora Ma. Adriana Cristina Teixeira¹ da cidade de Rio Verde, realizando uma abordagem quanto aos avanços técnicos na metodologia assistiva para crianças com alguma limitação física e cognitiva. A discussão foi direcionada a um grupo heterogêneo, porém consciente das responsabilidades inerentes aos órgãos públicos e privados, sejam estes em âmbito educacional ou não, no que se referem à garantia do acesso das pessoas com algum tipo de condição especial, adequando não só o meio físico com vista a sua acessibilidade, mas também considerar o trato com estes cidadãos garantindo que seus direitos sejam assegurados.

A professora conduziu as discussões sobre os desafios de uma educação inclusiva, em

¹ Possui graduação em pedagogia pela Universidade de Rio Verde – FESURV (1995), especialização em supervisão escolar (1997) e história moderna e contemporânea (2000), pela Faculdade de Patrocínio – MG, mestre em educação pela UNITRI Uberlândia – MG (2008).

específico com crianças com déficit intelectual, ressaltando a relevância em se conhecer o aluno, sua condição específica, e direcionar a prática pedagógica de forma que possibilite a sua integração com os demais colegas respeitando seu tempo de aprendizagem, pois é preciso considerar, segundo as concepções contemporâneas de deficiência intelectual, a diversidade, as motivações do sujeito, capacidade intelectual e seus interesses. O processo de inclusão deve se desvincular das formas segregadas de ensino (CARDOSO; MAGALHÃES, 2011).

Ao final do minicurso, os participantes responderam um questionário com quatro questões dirigidas. Abaixo citamos as questões que foram abordadas na pesquisa:

- 1- Para efetivação do Processo Inclusivo no atual contexto elenque cinco competências necessárias do professor inclusivo?
- 2- Na sua opinião, qual é o ponto de partida para se efetivar o trabalho em sala de aula com alunos que apresentam necessidades especiais?
- 3- Após participar do minicurso, mencione três contribuições, que você julga que foram relevantes ao tema proposto?
- 4- Após sua participação e todas as reflexões e informações do minicurso é possível trabalhar o mesmo conteúdo em uma sala de aula onde há alunos com necessidades especiais?

Os resultados estão representados nos gráficos:

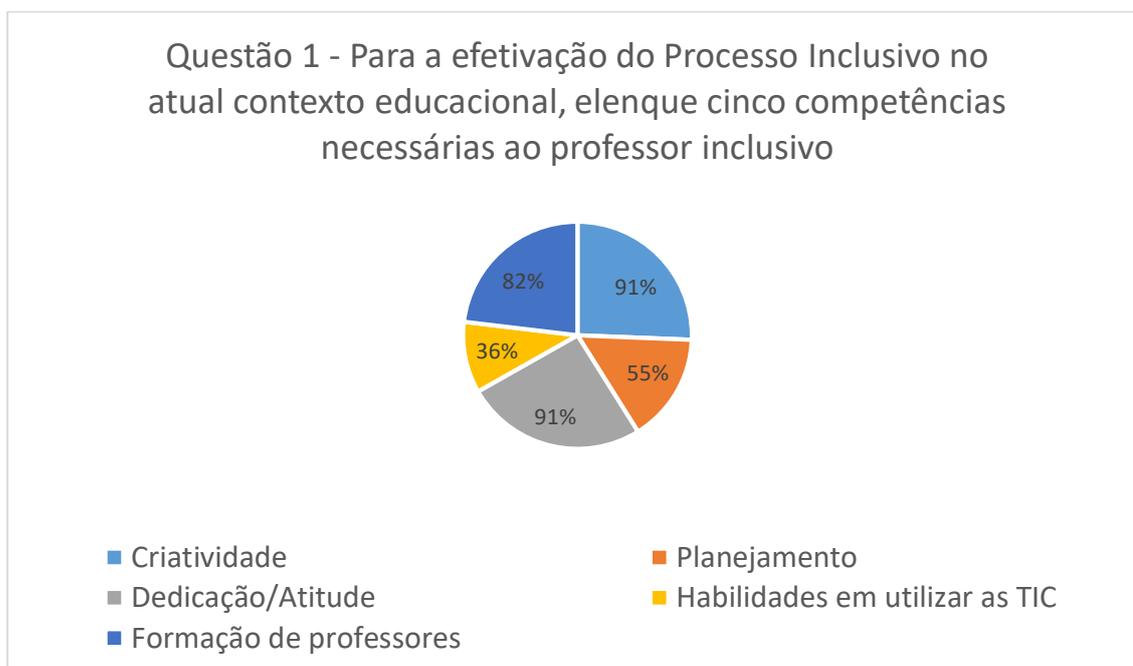


Figura N 1: Questão 1

O gráfico da questão 1 descreve que os participantes identificam como cinco

competências necessárias ao professor inclusivo, a criatividade, dedicação/atitude, formação de professores, planejamento e habilidades em utilizar as Tecnologias de informação e comunicação (TIC). Dentre estas, se destacam a criatividade e dedicação/atitude, citada por 91% dos participantes e 82% correspondente à formação de professores. Tal condição possibilita refletir a respeito de como profissionais envolvidos direta (em sala de aula) ou indiretamente (gestão escolar, empresarial e secretarias) no processo de ensino e aprendizagem, entendem a necessidade de uma proposta inclusiva mediante as competências por eles ressaltadas.

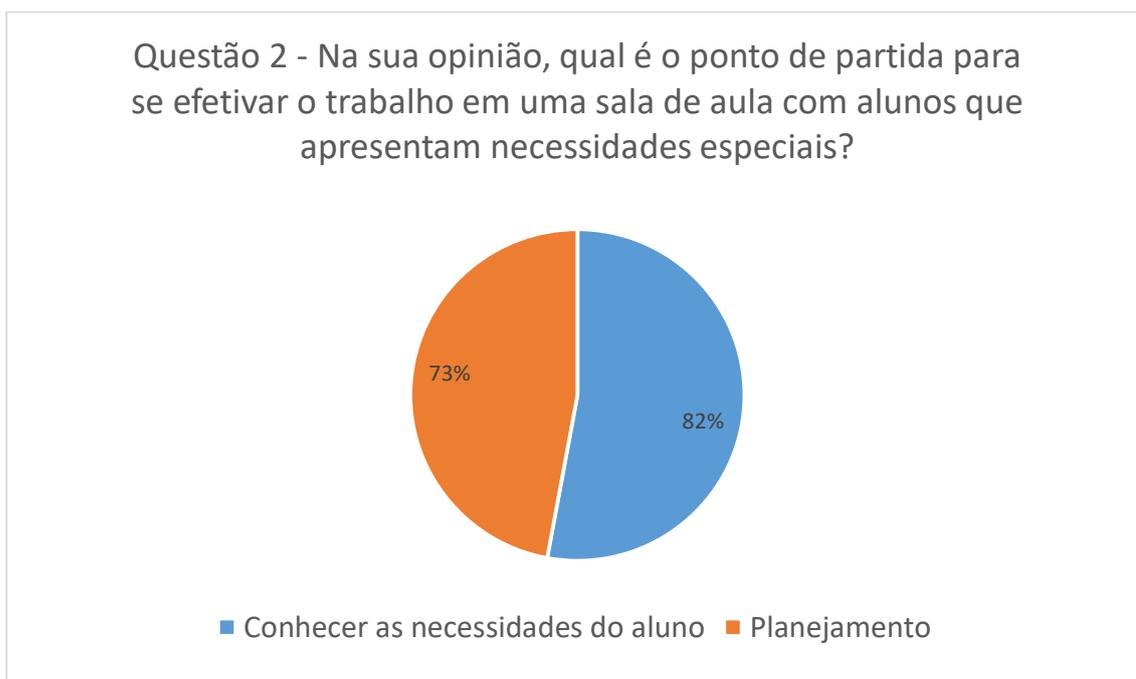


Figura N 2: Questão 2

O gráfico da questão 2 demonstra que 82% dos participantes, entendem que o ponto de partida para se efetivar o trabalho em sala de aula com alunos que apresentam necessidades especiais, dependem da construção do conhecimento acerca de sua condição, considerando as possíveis intervenções e práticas educacionais inclusivas. Já para 73% dos participantes, o planejamento é considerado como condição essencial ao fomento de práticas inclusivas contribuintes ao processo de ensino e aprendizagem.

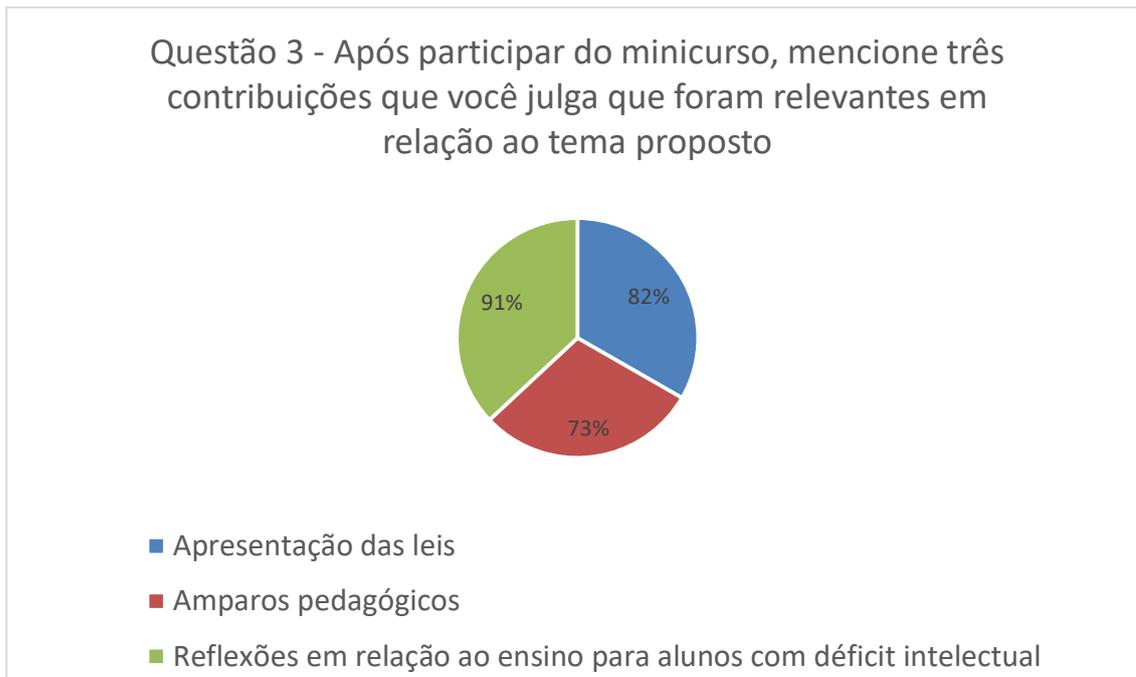


Figura N 3: Questão 3

O gráfico da questão 3 expõe que os participantes entendem como contribuições relevantes apresentadas no minicurso, as reflexões em relação ao ensino para alunos com déficit intelectual, apresentação das leis e os amparos pedagógicos, sendo estes mencionados respectivamente em 91%, 82% e 73%. Dentre estes, se destaca as reflexões do grupo em relação ao ensino de alunos com déficit intelectual, o que ressalta a visão dos participantes frente à realidade desses alunos no ambiente escolar.

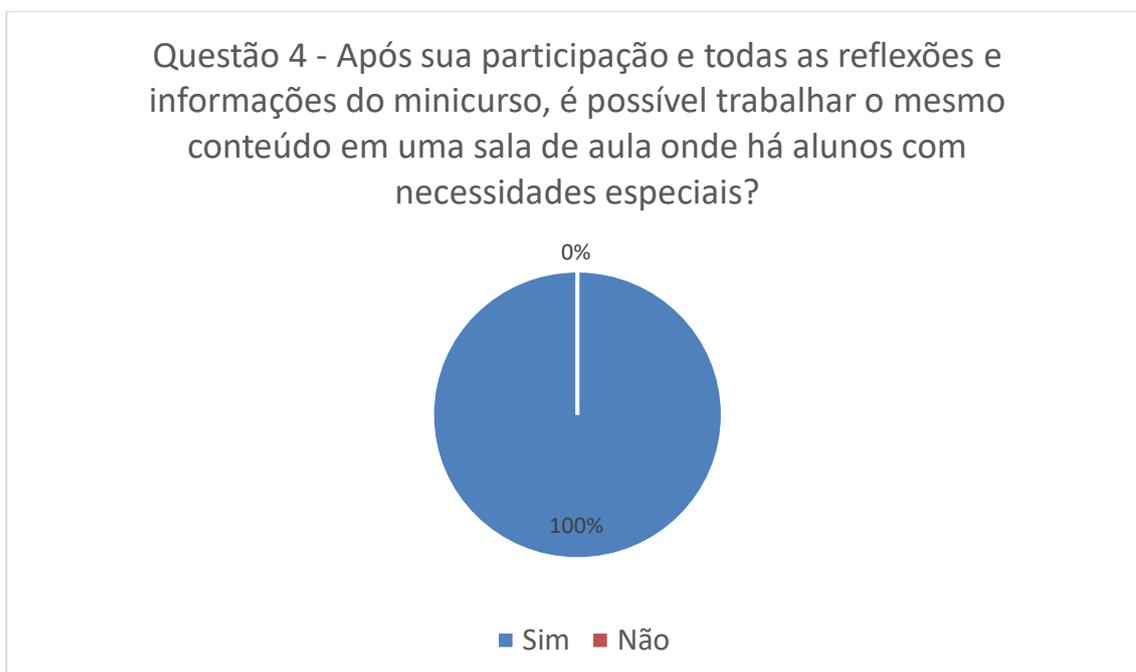


Figura N 4: Questão 4

O gráfico da questão 4 descreve que o grupo de forma unânime entende que a inclusão pode ocorrer no ambiente de sala de aula, considerando os conteúdos, adequando-os a realidade e tempo de aprendizagem do aluno, garantindo o acesso e a integração deste com os demais.

Nesse sentido, as questões abordadas no minicurso contribuem para refletirmos acerca do processo inclusivo no ambiente escolar, considerando as práticas educacionais, a condição específica de cada aluno portador de algum tipo de necessidade especial, e os direitos e deveres assegurados a este mesmo aluno. Cabe ressaltar o papel do educador neste processo como mediador da construção do conhecimento do educando, respeitando seu tempo de aprendizagem e suas especificidades.

Considerações finais

Os alunos com déficit intelectual devem ter assegurados o acesso e permanência na escola pública gratuita proporcionando uma vida voltada para independência dos mesmos perante a sociedade.

É necessário discutir a educação inclusiva em termos não somente de novas estratégias de ensino, mas de maneira que promova ações que levem a reformas escolares, melhorias nos programas de ensino e novas medidas de justiça social. A administração da escola deve encorajar práticas inovadoras e o planejamento deve ser feito de forma colaborativa entre todos os seus integrantes incluindo também a família e os alunos.

Em virtude disso a comunidade escolar deve se atentar para que as adequações no ambiente físico e pedagógico sejam evidenciadas na escola, reivindicando os direitos assegurados pela legislação aos órgãos competentes, entendendo que a inclusão não é uma responsabilidade apenas governamental, mas de todos envolvidos no processo educacional.

Nessa perspectiva, a formação do cidadão inserido em um modelo educacional inclusivo pode contribuir oportunizando o conhecimento em uma linguagem acessível à realidade de cada aluno, garantido seu acesso ao convívio social e a construção de sua identidade desassociada dos estereótipos impostos pela sociedade.

Assim, torna-se necessário repensar a educação inclusiva no que se refere às metodologias assistivas, visto que devemos compreender os sujeitos em sua complexidade existencial, ou seja, em suas diversas formas de existir.

Consiste um desafio para nos educadores e para os legisladores em pensar políticas nacionais que contemple todas estas questões que foram abordadas neste artigo e que de fato se

concretizem, pois incluir é atender estudantes com necessidades proporcionando acesso a classes ditas comuns e acima de tudo compreender que crianças aprendem juntas, porém de formas diferentes.

Portanto, espera-se que a educação inclusiva inclua todos os estudantes. Podemos dizer que as metodologias assistivas são usadas para auxiliar e melhorar as condições das pessoas, e as mesmas podem variar desde uma bengala ao teclado amigo, procurando romper com as barreiras impostas e compartilhar os ideais de uma educação inclusiva, superando os limites com respeito às diferenças de forma que possamos construir uma sociedade de oportunidade para todos.

Referências

BITES, Maria Francisca de Souza Carvalho. Inclusão escolar: conceitualização e análise de algumas propostas a ela inerentes. **Educativa**, Goiânia, v. 9, n. 1, p.83-97, jan./jun. 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases - Lei n° 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Adaptações curriculares. Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 1999.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Acessado em: 11/07/2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROCHA, Carlos Alves; DI PALMA, Márcia Silva. **Preparação dos docentes no uso das tecnologias assistivas para a inclusão de alunos com necessidades especiais**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. David Rodrigues (Org.). São Paulo: Summus, 2006. p. 169-179.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e Educação**. Norma, normação, normalização, normatização e normalidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pgs 41-76.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. **Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Educação especial e educação inclusiva: conceitos e políticas educacionais. Liber Livro, Brasília, DF, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon. SENAC. 1997.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

PIETRO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contra pontos/** Maria Teresa EglérMantoan, Rosângela Gavioli Pietro; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática.** São Paulo: Cortez, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da acção na área das necessidades especiais, Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade.** Salamanca, 7-10 de junho de 1994, Editado pela UNESCO, 1994.

VASCONCELOS, M. M. **Retardo mental.** Jornal de pediatria, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004.

VIERO, A. Educação de jovens e adultos: da perspectiva da ordem social capitalista à solução para emancipação humana. In.: GUSTSACK, Felipe; VIEGAS, Moacir Fernando e BARCELOS, Valdo (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: saberes e práticas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.